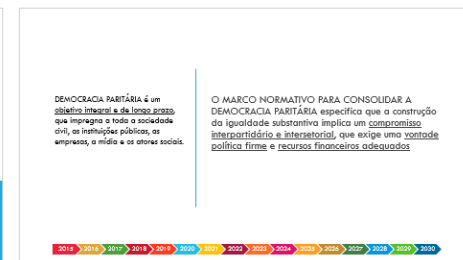
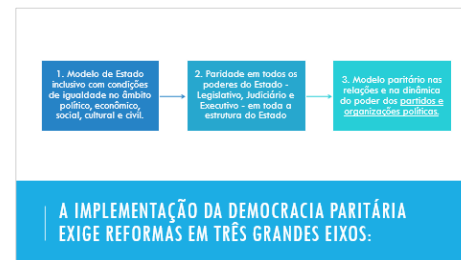
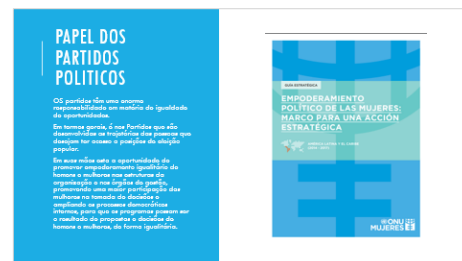
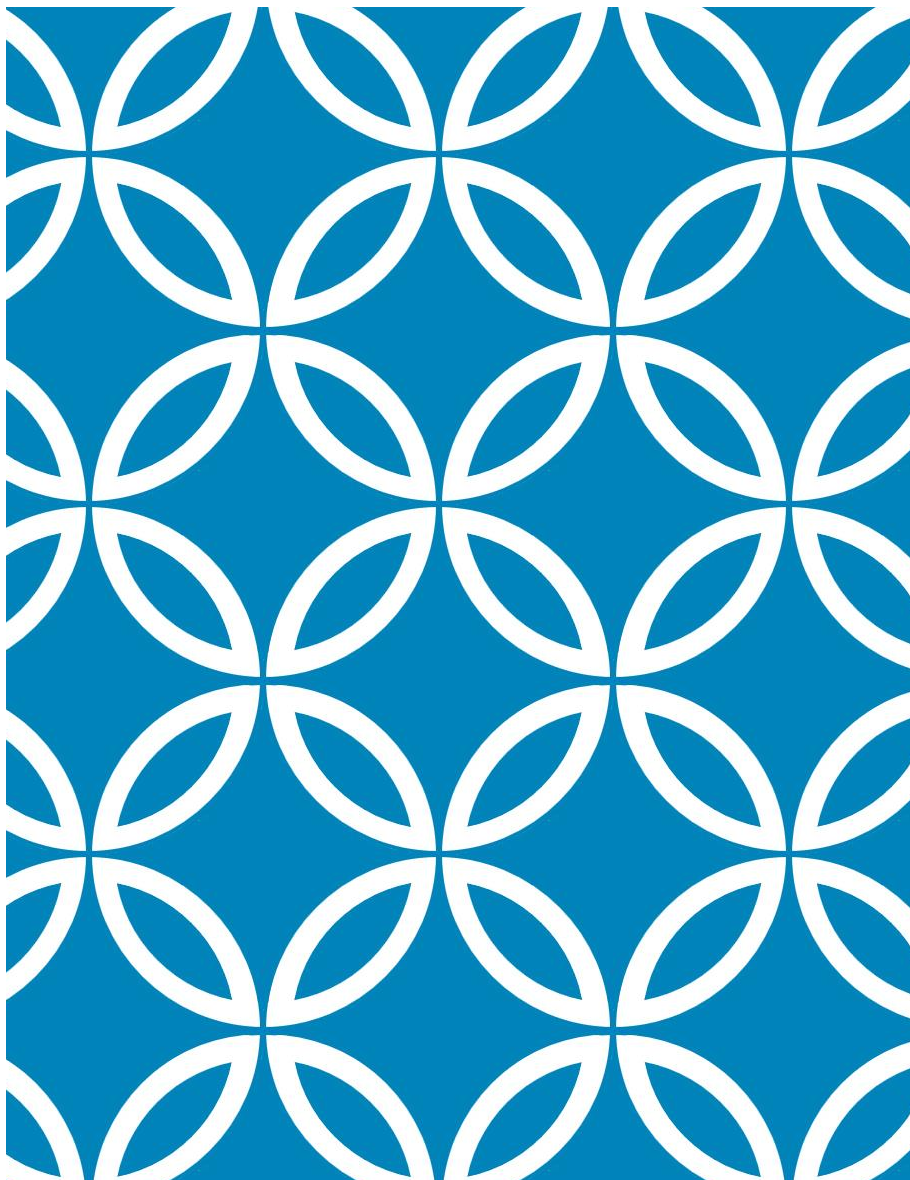


SUMARIO





DEMOCRACIA PARITÁRIA E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

DIREITOS DAS MULHERES NOS PARTIDOS POLITICOS

CIDADE 50 -50: Todas e todos pela Igualdade

ONU Mulheres

Fórum Nacional de Instancias de Mulheres nos Partidos Políticos

Adoção deste Marco Normativo coincide oportunamente com a aprovação de uma nova Agenda Global para o Desenvolvimento:

Transformando nosso Mundo: a Agenda de Desenvolvimento Sustentável de 2030

prioriza a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e das meninas com a inclusão de um objetivo específico na Agenda 2030, ao mesmo tempo em que foram incluídas as dimensões de gênero em todos os outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



ODS E DEMOCRACIA PARITARIA

PARIDADE E PARTIDOS POLÍTICOS

Destacamos a Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), e as Conferências Regionais da Mulher na América Latina e no Caribe, Quito (2007), Brasília (2010), República Dominicana (2014), assim como também a Conferência de População e Desenvolvimento de Montevidéu (2013), que contribuíram para atingir avanços normativos muito significativos consubstanciados nos chamados [Consensos regionais](#).

O Consenso de Quito representou um grande avanço na região ao reconhecer que “a [paridade](#) é um dos propulsores determinantes da democracia, cujo fim é atingir a igualdade no exercício do poder, na tomada de decisões, nos mecanismos de participação e representação social e política, e nas relações familiares no interior dos diversos tipos de famílias, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais, e que constitui uma meta para erradicar a exclusão estrutural das mulheres”.

No Consenso de Quito, os governos concordaram em desenvolver políticas permanentes para que “[os partidos políticos incorporem o enfoque de gênero](#) em seus conteúdos, ações e estatutos, bem como participação, capacitação e liderança iguais para alcançar a paridade de gênero como uma política de Estado”.

[Nos últimos anos, os Partidos Políticos da região tem adotado várias estratégias para promover a igualdade de participação das mulheres.](#)

1. Modelo de Estado inclusivo com condições de igualdade no âmbito político, econômico, social, cultural e civil.



2. Paridade em todos os poderes do Estado - Legislativo, Judiciário e Executivo - em toda a estrutura do Estado



3. Modelo paritário nas relações e na dinâmica do poder dos partidos e organizações políticas.

A IMPLEMENTAÇÃO DA DEMOCRACIA PARITÁRIA
EXIGE REFORMAS EM TRÊS GRANDES EIXOS:

Trata-se de um conceito integral que transcende o meramente político.

Não estamos perante um assunto de mulheres, nem sequer de relações de gênero, mas sim perante uma oportunidade para decidir sobre o **modelo de Estado** que queremos para nossa região.

DEMOCRACIA PARITÁRIA

DEMOCRACIA PARITÁRIA é um objetivo integral e de longo prazo, que impregna a toda a sociedade civil, as instituições públicas, as empresas, a mídia e os atores sociais.

O MARCO NORMATIVO PARA CONSOLIDAR A DEMOCRACIA PARITÁRIA especifica que a construção da igualdade substantiva implica um compromisso interpartidário e intersetorial, que exige uma vontade política firme e recursos financeiros adequados



1

Os Partidos Políticos, os movimentos políticos e as candidaturas independentes são instrumentos determinantes de um sistema democrático para promover transformações na sociedade, assim como também para garantir a paridade representativa e a efetiva consolidação do princípio de igualdade substantiva.

2

Devem estabelecer condições em suas três dimensões, organizacional, eleitoral e programática, mas também na financeira, para que o entorno político deixe de ser o estrangulamento do empoderamento político das mulheres e passe a ser a plataforma que o impulse e defenda.

MARCO NORMATIVO PARA CONSOLIDAR A DEMOCRACIA PARITÁRIA E PARTIDOS POLÍTICOS

TITULO IV. DEMOCRACIA PARITÁRIA: PARTIDOS POLÍTICOS, MOVIMENTOS POLÍTICOS E CANDIDATURAS INDEPENDENTES

O Marco Normativo versa sobre as 4 dimensões dos Partidos Políticos

1. Dimensão organizacional
2. Dimensão eleitoral
3. Dimensão funcional e programática
4. Paridade e Financiamento da Política

TITULO IV. DEMOCRACIA PARITÁRIA: PARTIDOS POLÍTICOS, MOVIMENTOS POLÍTICOS E CANDIDATURAS INDEPENDENTES

Os Estados membros estabelecerão um contexto normativo e regulatório favorável à democracia paritária aplicável às organizações políticas, sejam estas partidos políticos, movimentos e/ou candidaturas independentes, com base ao estabelecido pela Constituição e suas leis.

TITULO IV.

DEMOCRACIA PARITÁRIA: PARTIDOS POLÍTICOS, MOVIMENTOS POLÍTICOS E CANDIDATURAS INDEPENDENTES

- Garantir a livre e igual participação política de homens e mulheres, assim como também a composição paritária (paridade) em todas as instancias de direção interna, tanto na estrutura de poder como na tomada de decisões, incluídos os organismos responsáveis de velar pelo desempenho ético, em todos os níveis hierárquicos, funcionais e territoriais.
- Impulsionar a criação de um mecanismo para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, que goze de autonomia funcional e orçamentária definindo funções e objetivos.
- Promover e assegurar condições igualitárias de competência eleitoral de homens e mulheres em processos de eleição intrapartidária, em primárias e processos prévios à definição das listas de candidatura a cargos de representação eletiva, entre outras.

TITULO IV.

DEMOCRACIA PARITÁRIA: PARTIDOS POLÍTICOS, MOVIMENTOS POLÍTICOS E CANDIDATURAS INDEPENDENTES

- Garantir a dotação de recursos econômicos para favorecer as redes de intercâmbio de capacidades de mulheres, o financiamento de atividades de capacitação e políticas de incentivo vinculadas ao fortalecimento de capacidades.
- A capacitação a mulheres contemplará diversas áreas como: gestão pública, orçamentos, oratória, marketing político, gestão de redes sociais, sistemas eleitorais, resolução e transformação de conflitos ou negociação.
- Medidas para prevenir a violência política e assédio a mulheres, assim como também uma formação específica para que as mulheres possam enfrentar ao assédio e à violência política ou a qualquer discriminação por razão de gênero.

TITULO IV.

DEMOCRACIA PARITÁRIA: PARTIDOS POLÍTICOS, MOVIMENTOS POLÍTICOS E CANDIDATURAS INDEPENDENTES

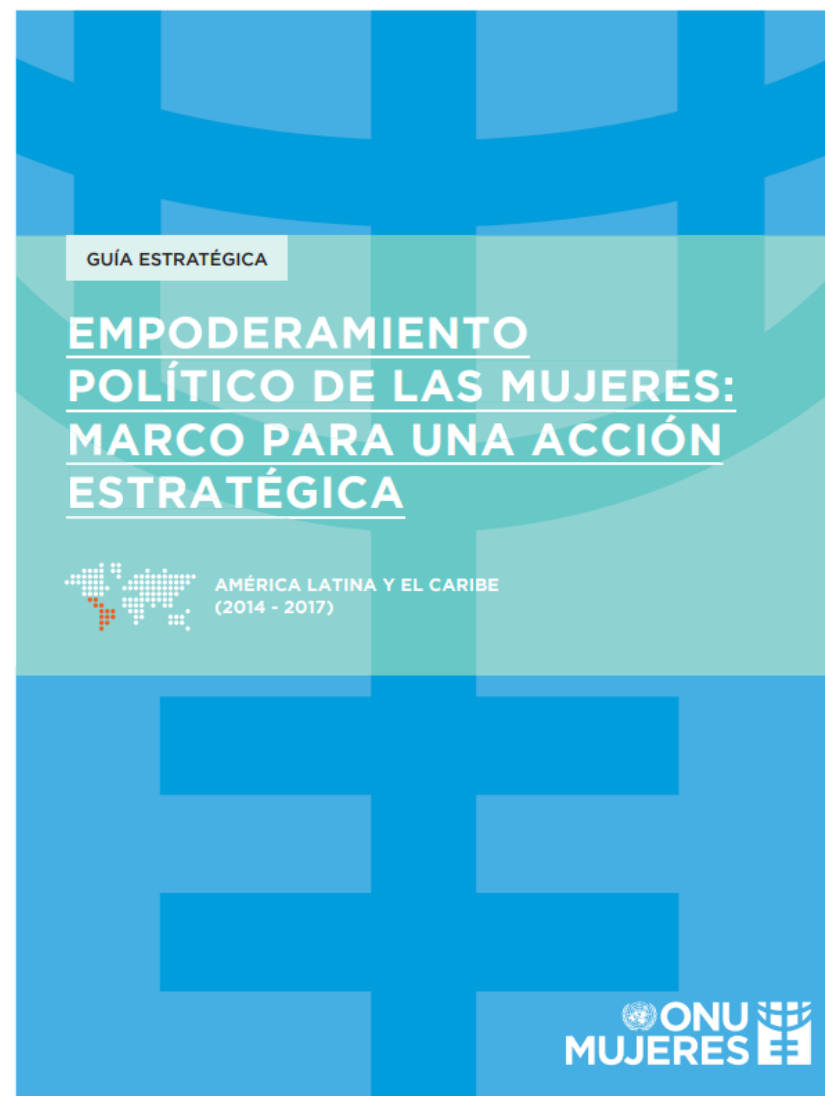
- Assegurar a participação institucionalizada do mecanismo partidário para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres nos processos de elaboração, revisão, socialização e validação das bases paritárias da proposta de programa de governo indistintamente dos níveis de representação e organização territorial envolvidos.
- A construção, a discussão e o desenvolvimento dos programas eleitorais devem ser objetivo de processos inclusivos, participativos e paritários.
- Os conteúdos programáticos dos partidos, das organizações políticas e das candidaturas independentes devem respeitar e garantir a igualdade de gênero e a democracia paritária.

PAPEL DOS PARTIDOS POLITICOS

OS partidos têm uma enorme responsabilidade em matéria de igualdade de oportunidades.

Em termos gerais, é nos Partidos que são desenvolvidas as trajetórias das pessoas que desejam ter acesso a posições de eleição popular.

Em suas mãos esta a oportunidade de promover empoderamento igualitário de homens e mulheres nas estruturas da organização e nos órgãos de gestão, promovendo uma maior participação das mulheres na tomada de decisões e ampliando os processos democráticos internos, para que os programas possam ser o resultado de propostas e decisões de homens e mulheres, de forma igualitária.



PROCESSOS ELEITORAIS INCLUSIVOS: UM GUIA PARA OS ÓRGÃOS DE GESTÃO ELEITORAL SOBRE A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES, PNUD E ONU MULHERES

Trabalhar com vários parceiros e partes interessadas, incluindo partidos políticos, mídia e organizações da sociedade civil tem sido considerado como boa prática para facilitar um ambiente inclusivo.

http://www.undp.org/content/undp/es/home/librarypage/democratic-governance/electoral_systemsandprocesses/guide-for-electoral-management-bodies-on-promoting-gender-equali.html



Procesos Electorales Incluyentes:

Guía para los Órganos de Gestión Electoral sobre la promoción de la igualdad de género y la participación de las mujeres



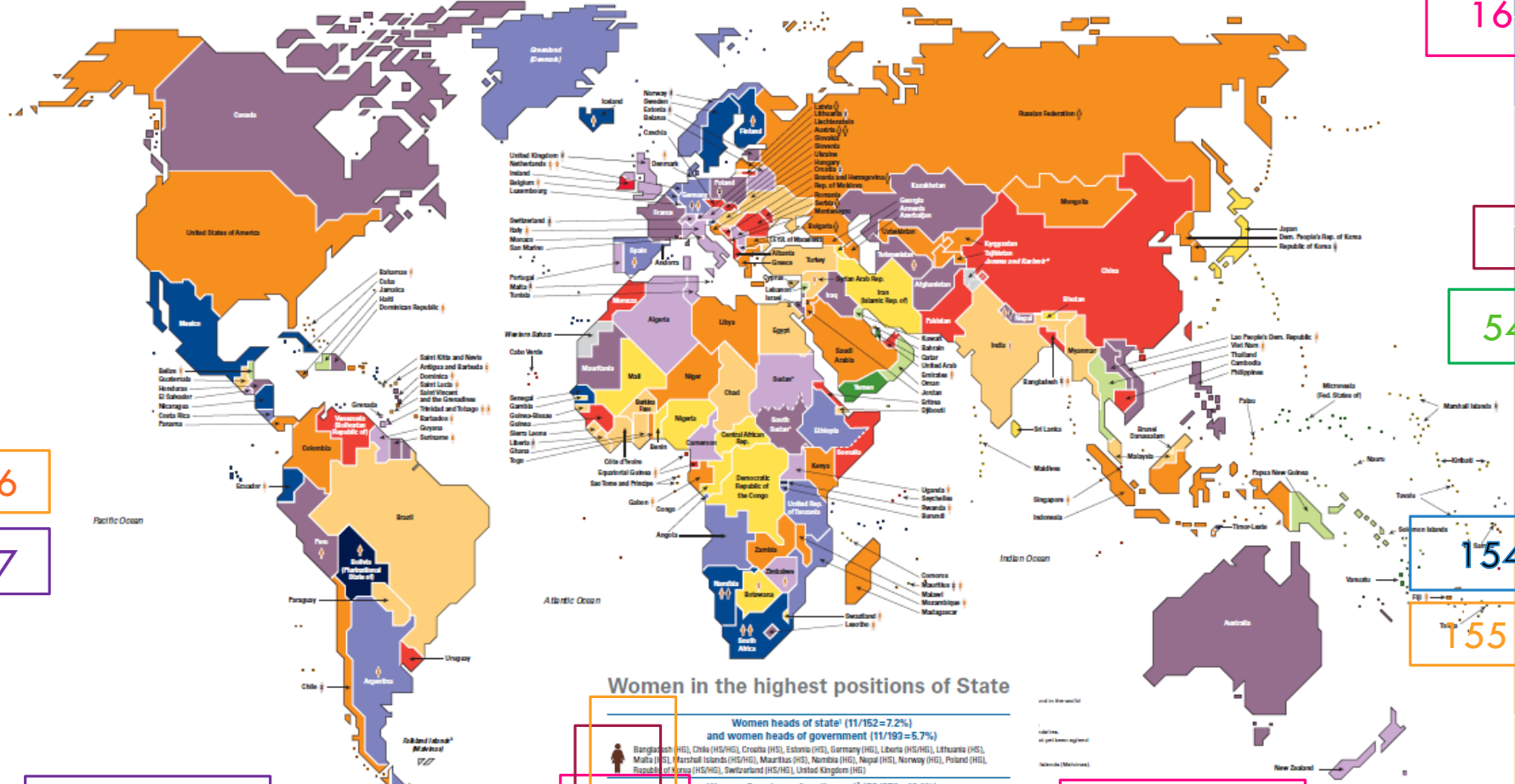
The countries are ranked according to the percentage of women in positions of political leadership as of January 2011			
	Country	Percentage of women in political leadership	Rank
1	Norway	42.8	1
2	Sweden	40.8	2
3	Finland	32.0	3
4	Iceland	31.7	4
5	Denmark	30.7	5
6	Belgium	29.7	6
7	Switzerland	29.7	7
8	Germany	29.6	8
9	Austria	29.6	9
10	France	29.5	10
11	Portugal	29.4	11
12	Spain	29.3	12
13	Sweden	29.2	13
14	Poland	28.5	14
15	Netherlands	28.4	15
16	Belgium	28.3	16
17	Denmark	28.2	17
18	Finland	28.1	18
19	Germany	28.0	19
20	France	27.9	20
21	Sweden	27.8	21
22	Denmark	27.7	22
23	Sweden	27.6	23
24	France	27.5	24
25	Denmark	27.4	25
26	France	27.3	26
27	Denmark	27.2	27
28	Denmark	27.1	28
29	Denmark	27.0	29
30	Denmark	26.9	30
31	Denmark	26.8	31
32	Denmark	26.7	32
33	Denmark	26.6	33
34	Denmark	26.5	34
35	Denmark	26.4	35
36	Denmark	26.3	36
37	Denmark	26.2	37
38	Denmark	26.1	38
39	Denmark	26.0	39
40	Denmark	25.9	40
41	Denmark	25.8	41
42	Denmark	25.7	42
43	Denmark	25.6	43
44	Denmark	25.5	44
45	Denmark	25.4	45
46	Denmark	25.3	46
47	Denmark	25.2	47
48	Denmark	25.1	48
49	Denmark	25.0	49
50	Denmark	24.9	50
51	Denmark	24.8	51
52	Denmark	24.7	52
53	Denmark	24.6	53
54	Denmark	24.5	54
55	Denmark	24.4	55
56	Denmark	24.3	56
57	Denmark	24.2	57
58	Denmark	24.1	58
59	Denmark	24.0	59
60	Denmark	23.9	60
61	Denmark	23.8	61
62	Denmark	23.7	62
63	Denmark	23.6	63
64	Denmark	23.5	64
65	Denmark	23.4	65
66	Denmark	23.3	66
67	Denmark	23.2	67
68	Denmark	23.1	68
69	Denmark	23.0	69
70	Denmark	22.9	70
71	Denmark	22.8	71
72	Denmark	22.7	72
73	Denmark	22.6	73
74	Denmark	22.5	74
75	Denmark	22.4	75
76	Denmark	22.3	76
77	Denmark	22.2	77
78	Denmark	22.1	78
79	Denmark	22.0	79
80	Denmark	21.9	80
81	Denmark	21.8	81
82	Denmark	21.7	82
83	Denmark	21.6	83
84	Denmark	21.5	84
85	Denmark	21.4	85
86	Denmark	21.3	86
87	Denmark	21.2	87
88	Denmark	21.1	88
89	Denmark	21.0	89
90	Denmark	20.9	90
91	Denmark	20.8	91
92	Denmark	20.7	92
93	Denmark	20.6	93
94	Denmark	20.5	94
95	Denmark	20.4	95
96	Denmark	20.3	96
97	Denmark	20.2	97
98	Denmark	20.1	98
99	Denmark	20.0	99
100	Denmark	19.9	100



Situation on 1 January 2017



The countries are ranked and colour-coded according to the percentage of women in national parliament or the lower house of parliament.
 Source: International Labour Office (ILO) 2013.



Women in the highest positions of State

Women heads of state¹ (11/152=7.2%)

... (HS/HE), Croatia (HS), Estonia (HS), Germany (HE), Liberia (HS/HE), ...

Islands (HS/HG), Mauritius (HS), Namibia (HG), Nepal (HS), Norway (HG), Poland (HG), S/HG), Switzerland (HS/HG), United Kingdom (HG)

Women Speakers of parliament³ (53/278=19.1%)

a, Argentina, Austria (2 chambers), Bahamas, Bangladesh, Barbados, Belg
it), Bosnia and Herzegovina, Botswana, Bulgaria, Denmark, Dominica, Don

Guinea, Fiji, Finland, Gabon, Germany, Iceland, ** India, Italy, Lao People's D
rtilus, Mozambique, Namibia, Nepal, Netherlands (2 chambers), Peru, Rus

Serbia, Singapore, South Africa (2 chambers), Spain, Suriname, Swaziland and Tobago (2 chambers), Turkmenistan, Uganda, United Arab Emirates, Viet

Women deputy speakers of parliament (158/595=26.5%)

in 172 countries for which information is available, 102 have at least one w

senary chamber, two have 7 additional speakers and three have 1 additional speaker, for a total of 270 speakers.

the October 2016 general elections. The formal election was held on 24 January 2017, when the Aflingr was replaced by the Aflingr, which was held on 1 January 2017.

Women deputy speakers of parliament (158/595=26.6%)
Of the 230 chambers in 172 countries for which information is available, 102 have at least one woman deputy speaker

Notes: (i) (S) (N) = The head of state is also the head of government.
 * Only elected heads of state have been taken into account.
 * Out of a total of 277 parliamentary chambers, two have 2 additional speakers and three have 1 additional speaker, for a total of 278 speakers.

^{**} Elected Speaker as result of the October 2016 general elections. The formal election was held on 24 January 2017, when the Aflings recovered after the Christmas break.

NEPAL

BRASIL

Argentina

LIBERIA

AFEGANISTÃO

Rank	Country	Accession to the EU	Accession to the EU	Accession to the EU
1	United Kingdom	1973	1973	1973
2	France	1958	1958	1958
3	Germany	1958	1958	1958
4	Italy	1958	1958	1958
5	Netherlands	1958	1958	1958
6	Belgium	1958	1958	1958
7	Spain	1986	1986	1986
8	Portugal	1986	1986	1986
9	Greece	1981	1981	1981
10	Ireland	1973	1973	1973
11	Denmark	1973	1973	1973
12	Sweden	1995	1995	1995
13	Austria	1995	1995	1995
14	Finland	1995	1995	1995
15	Poland	2004	2004	2004
16	Czech Republic	2004	2004	2004
17	Slovakia	2004	2004	2004
18	Hungary	2004	2004	2004
19	Bulgaria	2007	2007	2007
20	Romania	2007	2007	2007
21	Croatia	2013	2013	2013
22	Cyprus	2013	2013	2013
23	Malta	2013	2013	2013
24	Slovenia	2013	2013	2013
25	Lithuania	2013	2013	2013
26	Latvia	2013	2013	2013
27	Estonia	2013	2013	2013
28	United Kingdom	1973	1973	1973
29	France	1958	1958	1958
30	Germany	1958	1958	1958
31	Italy	1958	1958	1958
32	Netherlands	1958	1958	1958
33	Belgium	1958	1958	1958
34	Spain	1986	1986	1986
35	Portugal	1986	1986	1986
36	Greece	1981	1981	1981
37	Ireland	1973	1973	1973
38	Denmark	1973	1973	1973
39	Sweden	1995	1995	1995
40	Austria	1995	1995	1995
41	Finland	1995	1995	1995
42	Poland	2004	2004	2004
43	Czech Republic	2004	2004	2004
44	Slovakia	2004	2004	2004
45	Hungary	2004	2004	2004
46	Bulgaria	2007	2007	2007
47	Romania	2007	2007	2007
48	Croatia	2013	2013	2013
49	Cyprus	2013	2013	2013
50	Malta	2013	2013	2013
51	Slovenia	2013	2013	2013
52	Lithuania	2013	2013	2013
53	Latvia	2013	2013	2013
54	Estonia	2013	2013	2013
55	United Kingdom	1973	1973	1973
56	France	1958	1958	1958
57	Germany	1958	1958	1958
58	Italy	1958	1958	1958
59	Netherlands	1958	1958	1958
60	Belgium	1958	1958	1958
61	Spain	1986	1986	1986
62	Portugal	1986	1986	1986
63	Greece	1981	1981	1981
64	Ireland	1973	1973	1973
65	Denmark	1973	1973	1973
66	Sweden	1995	1995	1995
67	Austria	1995	1995	1995
68	Finland	1995	1995	1995
69	Poland	2004	2004	2004
70	Czech Republic	2004	2004	2004
71	Slovakia	2004	2004	2004
72	Hungary	2004	2004	2004
73	Bulgaria	2007	2007	2007
74	Romania	2007	2007	2007
75	Croatia	2013	2013	2013
76	Cyprus	2013	2013	2013
77	Malta	2013	2013	2013
78	Slovenia	2013	2013	2013
79	Lithuania	2013	2013	2013
80	Latvia	2013	2013	2013
81	Estonia	2013	2013	2013
82	United Kingdom	1973	1973	1973
83	France	1958	1958	1958
84	Germany	1958	1958	1958
85	Italy	1958	1958	1958
86	Netherlands	1958	1958	1958
87	Belgium	1958	1958	1958
88	Spain	1986	1986	1986
89	Portugal	1986	1986	1986
90	Greece	1981	1981	1981
91	Ireland	1973	1973	1973
92	Denmark	1973	1973	1973
93	Sweden	1995	1995	1995
94	Austria	1995	1995	1995
95	Finland	1995	1995	1995
96	Poland	2004	2004	2004
97	Czech Republic	2004	2004	2004
98	Slovakia	2004	2004	2004
99	Hungary	2004	2004	2004
100	Bulgaria	2007	2007	2007

PROCESSOS ELEITORAIS INCLUSIVOS: GUIA PARA OS ÓRGÃOS DE GESTÃO ELEITORAL SOBRE A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES

Trabalhando com atores eleitorais interessados: Trabalho com Partidos Políticos

Embora os Órgãos de Gestão Eleitoral desempenhem um papel no registro de partidos políticos ou candidaturas ou na supervisão de seu financiamento público, eles podem fazer uso das comunicações que anteriormente estabeleceram com secretários de partido para incentivar o bom comportamento.

Em alguns casos, foram estabelecidos códigos de conduta para os partidos políticos, a fim de garantir a inclusão de perspectiva de género em campanhas eleitorais:

No **Nepal**, o código de conduta dos partidos políticos inclui uma cláusula segundo a qual as campanhas eleitorais não devem promover discurso de ódio e discriminação de gênero (entre outros fatores discriminatórios). Esta cláusula é importante porque a difamação violenta faz parte das campanhas eleitorais, especialmente contra os candidatas.

Na **Libéria**, a Comissão Nacional Eleitoral trabalhou junto com os partidos políticos em um código de conduta. Um dos objetivos era evitar "a marginalização das mulheres através da violência, intimidação e fraude". As partes concordaram com o "princípio da não discriminação, de não usar linguagem abusiva e de não causar agitação com base no sexo e no gênero"

PROCESSOS ELEITORAIS INCLUSIVOS: GUIA PARA OS ÓRGÃOS DE GESTÃO ELEITORAL SOBRE A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES

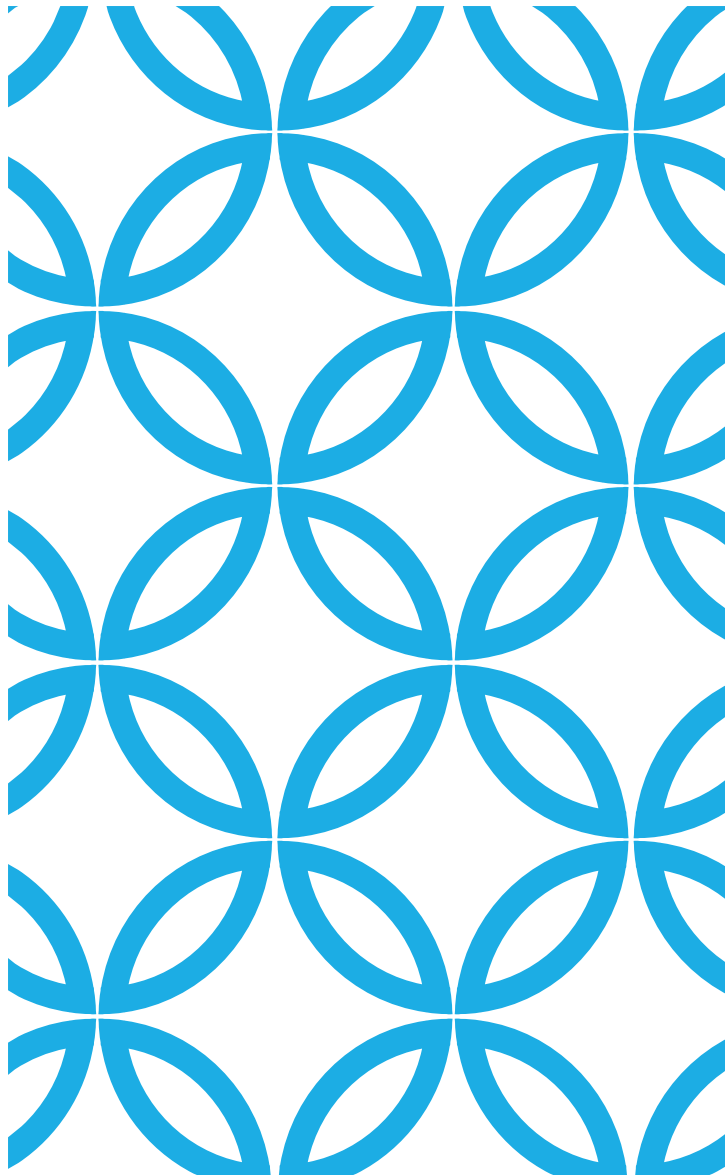
Trabalhando com atores eleitorais interessados: Trabalho com Partidos Políticos

Na **República Democrática do Congo**, o OGE implementou uma unidade de coordenação e um espaço de diálogo para políticas e candidatas.

Através de trocas periódicas de informações, experiências e preocupações entre as candidatas, o órgão procurou promover o conhecimento das mulheres sobre os processos e procedimentos eleitorais e ofereceu oportunidades de treinamento para candidatas.

No **Afeganistão**, a CEI organiza reuniões mensais sobre gênero e eleições com a participação de atores governamentais e não governamentais.

Foi um fórum eficaz para trocar informações e coordenar os esforços das várias partes interessadas, incluindo candidatos, funcionários e observadores eleitorais.



CIDADE 50-50: TODAS E TODOS PELA IGUALDADE

Eleições 2018

O projeto



Eleições 2016

Lançamento do projeto em parceria com o TSE e o Instituto Patrícia Galvão, para estimular a adesão dos candidatos à Agenda 50-50.

Promoção de Agendas Municipais 2017-2020

Fomentar a construção e implementação de agendas e planos locais de igualdade de gênero participativas, democráticas e adaptadas aos contextos locais.

Gerar apropriação local de um modelo replicável de implementação e localização do ODS 5 que sirva de boa prática para outros contextos.

Observatório e Plataforma 50-50

Fortalecer as capacidades das autoridades locais para engajar demais atores sociais para a construção de agendas de promoção da igualdade de gênero.

Fortalecer as capacidades da Sociedade Civil para monitorar o cumprimento dos compromissos assumidos pela Cidade 50-50

Eleições 2018 & 2020

Provocar a retomada do debate nas eleições estaduais e federal.

2030

7 ÁREAS TEMÁTICAS

14 PROPOSTAS



1. Governança e Planejamento
2. Empoderamento Econômico
3. Participação Política
4. Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
5. Educação para a Igualdade
6. Saúde Integral
7. Mobilidade e Meio Ambiente Urbano

1. Produzir material informativo para candidatas.
2. Produzir um status diagnostico sobre as medidas adotadas pelas instituições Brasileiras das quais fazem parte tendo em conta o MARCO NORMATIVO PARA CONSOLIDAR A DEMOCRACIA PARITÁRIA.
3. Produzir informações sobre as instancias de mulheres nos partidos políticos, sua atuação, sua dotação orçamentaria e seu alcance em promover participação politica de mulheres.
4. Desenvolver atividades para promover candidaturas comprometidas com igualdade de gênero.



NO ÂMBITO DO PROJETO CIDADE 50-50: TODAS E TODOS PARA A IGUALDADE, A ONU MULHERES CONVIDA O FÓRUM NACIONAL DE INSTANCIAS DE MULHERES NOS PARTIDOS POLÍTICOS, A SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES, A SECRETARIA DA MULHER NA CÂMARA E A PROCURADORIA DA MULHER NO SENADO